

Desenvolvimento da Infraestrutura Legal e Institucional para Gestão de Substâncias Químicas

***Visão das ONG sobre a aplicação
do LIRA Guidance no Brasil***


**Brasília
Março/2014**

Vista de Curitiba 21/08/2010

LIRA Guidance






*Orientação sobre o Desenvolvimento de
Infraestruturas Legais e Institucionais para
a Gestão Segura de Produtos Químicos e
Medidas de recuperação de custos
da Administração Nacional*

 Prover suporte prático aos formuladores de políticas públicas em elementos cruciais da legislação nacional e das configurações institucionais para alcançar uma boa gestão dos produtos químicos.

Importância do LIRA

Alguns fatos sobre o Brasil:

-  4ª maior indústria química do planeta.
-  consumo mais intensivo de agrotóxicos.
-  um dos dez maiores geradores de vários resíduos de pós-consumo contendo substâncias químicas (baterias, lâmpadas, lubrificantes, remédios, etc.)

Logo: a Gestão Segura de Substâncias Químicas é imprescindível para a Sociedade Brasileira

Importância do LIRA

**Partindo desta premissa,
O LIRA, instrumento presumidamente hábil a
prover uma melhoria nas condições da gestão
de substâncias químicas,
é ansiosamente aguardado pela Sociedade**

Mas existem DESAFIOS que devem ser superados!

Principais Desafios no Brasil para avanço da Gestão de Substâncias Químicas

- 🌍 formulação das normas ambientais alienada da efetiva participação social
- 🌍 conflitos de interesses e cultura empresarial predatória
- 🌍 deficiências estruturais e conjunturais das instâncias administrativas
- 🌍 conscientização, mobilização e organização social sofrem com entraves

Todos esses fatores se interligam e interagem, reforçando-se mutuamente

Premissa

Em um país democrático, políticas públicas e infraestruturas legais e institucionais tem:

🌍 **GÊNESE** na participação social **[OUVIR]**
(respondem aos anseios e valores sociais, via efetiva participação popular na elaboração das normas)

🌍 **FINALIDADE** na participação social **[FALAR]**
(efetividade vinculada à conscientização e obediência civil espontânea. Aceitação/Colaboração)

Questão da formulação das normas ambientais Gênese da infraestrutura Legal e Institucional para a gestão de Substâncias Químicas

- ① Via Poder Legislativo
- ① Via Poder Executivo, regulamentando as Leis
- ① Via CONAMA – Cons. Nacional do Meio Ambiente
(único espaço deliberativo com participação social direta -
CONASQ não delibera e não tem poder hierárquico)

**No Brasil, todas as vias tem problemas
com a efetiva conexão com a Sociedade
("não ouvem/não falam")**

Questão da formulação da normas ambientais Gênese da infraestrutura Legal

Problema central da formulação das normas ambientais pelo Poder Legislativo

- 🌍 Representantes eleitos via financiamentos provenientes de segmentos econômicos
- 🌍 Normas refletem interesses econômicos e não necessariamente a melhor gestão ambiental (lógica da desobrigação de custos)
- 🌍 Conflito de Interesses

Questão da formulação da normas ambientais Gênese da infraestrutura Legal

Problemas da formulação das normas ambientais
(regulamentos) pelo Poder Executivo

🌍 Limitações da Lei regente

🌍 Quando a Sociedade é consultada, a consulta é passiva, o que acaba direcionando-a ao grupo econômico interessado*.

Questão da formulação da normas ambientais Gênese da infraestrutura Legal

Formulação das normas ambientais via CONAMA:

- 🌍 Eficácia duvidosa da participação social
(11 ONGs eleitas em 107 cadeiras)
- 🌍 Regimento inviabiliza propostas da Sociedade
(exige estrutura institucional superior ao possível)
- 🌍 Esvaziamento da pauta – paralização de matérias
(lâmpadas, eletroeletrônicos)
- 🌍 Não dialoga com a população
(Resolução CONAMA nº 457/2013)
- 🌍 Falta suporte efetivo para a participação social


Exemplo de formulação de norma química/ambiental Considerada Problemática

 Lei do Chumbo nas Tintas (Lei nº 11.762/2008):

- não foi debatida na Sociedade
- CONAMA não foi consultado/comunicado
(CONAMA possui competência preferencial para o tema)
- texto falho e limitado
(Ex.: não aborda rotulagem/reduz a penalidade cabível)
- Padrões ultrapassados (USA 1978)

USA 2008/2009: novos padrões mais restritivos.
“Seria nossa lei uma resposta à necessidade de
descarte dos estoques americanos?”

Exemplo de formulação de norma química/ambiental Considerada Problemática

 Piorando o quadro da
Lei do Chumbo nas Tintas (Lei nº 11.762/2008):

- até hoje não foi implementada
- questionados já em 2008, nenhum órgão da Administração se disse responsável pela questão
- Representação de ONG perante o Ministério Público Federal em Dez/2009: não resultou, até agora, em nenhuma providência prática

Tintas brasileiras possuem até 280 vezes
o teor máximo legal de chumbo

Deficiências estruturais e conjunturais das instâncias administrativas

🌍 Desmantelamento dos órgãos governamentais
(parte média do orçamento dos Estados dedicado ao meio ambiente: 3% (IBGE: 2013) - Paraná: 0,96%) ***indústria < 1%**

🌍 Falta de continuidade

(rotatividade de agentes + falha na documentação)

🌍 Desaparelhamento, desestímulo e despreparo:

Ex.: Acidente Químico Rodoviário em Cascavel/PR:

- Fev/2011 – carga clandestina de resíduo químico;
- resposta insuficiente de todos os órgãos estatais;
- 180 mil pessoas sem água por uma semana;
- Prejuízos incalculáveis -> ninguém foi punido!

Deficiências estruturais e conjunturais das instâncias administrativas

Impunidade premiada

Ex.: Questão dos passivos de PCBs:

- Sociedade está arcando com os custos de solução;
- Empresas responsáveis ainda operam no país.

Atuação fragmentada/descoordenada

Ex.: Rotulagem de lubrificantes:

- Resolução CONAMA de 2005;
- Até hoje ANP não implementou e não fiscalizou.

Império da tecnocracia burocrática



- Ainda persiste o “eu sei tudo, você não sabe”
- Afasta aliados preciosos
- Descontenta os destinatários da norma

Exemplo de Ação da Administração Pública Considerada Problemática

Fraturamento químico (*fracking*):

- metodologia altamente controversa
(absolutamente danosa ao ambiente e a economia)
- banida ou em banimento em vários países
- ANP licitou lotes de exploração via esta metodologia no país todo, autorizando seu uso
- sociedade não foi informada
- CONAMA não foi consultado
- Parecer contrário do MMA desprezado

Questão do Embate Social Brasileiro e os Conflitos de Interesse

-  No Brasil há um embate histórico entre setores econômicos (indústria) e parcelas da sociedade que sofrem os impactos negativos das atividades econômicas (poluição, por ex.)
-  Por isso, ao contrário de outros países, segmentamos a Sociedade em três setores:
 - 1º setor: Governo
 - 2º setor: Atividades Econômicas (“indústria”)
 - 3º setor: Sociedade (ONGs, movimentos sociais)

Razão do Embate Histórico 2º Setor X 3º Setor

Cultura Exploratória/Predatória

- Brasil Colônia: explorar recursos e voltar para casa;
- Brasil Moderno: para muitas empresas é o
“quintal das tecnologias/métodos ultrapassados”



Questão do Embate Social Brasileiro E os Conflitos de Interesse

- 🌍 O interesse público é um só; não se pode mais admitir a continuidade desta relação conflituosa. Sociedade é uma só.
- 🌍 As atividades econômicas devem expurgar os remanescentes que não assumem suas obrigações, violam o pacto social, e prejudicam o mercado e a Sociedade.
- 🌍 Agentes econômicos e governamentais não devem ver a Sociedade Participativa como inimiga, mas como aliada e destinatária de suas ações e atividades.


Participação Social no Brasil

Desafios

- 🌍 No Brasil se paga para defender a Sociedade
 - não há fontes de recursos para a crítica social independente;
 - baixa renda média dificulta o auto-financiamento;
 - ONG enfrentam exigências absurdas/excesso de burocracia (inexistem mecanismos facilitadores da formalização e organização da sociedade)
 - instâncias participativas exigem alto grau de doação pessoal por falta de suporte adequado

Participação Social no Brasil

Desafios

-  Importância de fomentar a participação social e dar suporte financeiro e técnico para as ONGs:
- a crítica dialética é essencial para a construção do consenso, imprescindível para o sucesso das políticas públicas (**menor custo de efetivação**);
 - visões *externa corporis* trazem conceitos inovadores (**informação a baixo custo**);
 - debate de qualidade pressupõe interlocutores qualificados, ou seja, bem formados e informados (dedicação e disponibilidade) (**agilidade**).

Primeiro Grande Desafio para avanço da Gestão das Substâncias Químicas

- 🌍 Fomento da efetiva participação Social
 - Governo deve fomentar o debate
 - A crítica deve ser financiada
(estabelecimento de mecanismos públicos e privados para custeio de ONGs – políticas, incentivos fiscais)
 - O CONAMA deve ser resgatado e incrementado
(resgate do regimento, mecanismos de suporte às ONGs)

**Informação + Capacitação + Consulta =
Participação Efetiva e Cooperação**

***O Desafio é
Grande, mas não
temos o direito de
desistir!***

***Que legado
deixaremos?
A boa gestão ou a
contaminação
química?***





Hassan Sohn
hassan.sohn@gmail.com